

**Companhia Ítalo-Brasileira
de Pelotização - Itabrasco**

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabasco em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 7, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Vale S.A. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Companhia Ítalo - Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	268.297	175.742	Fornecedores			
Contas a receber – Parte relacionada	7	3.392	1.520	Partes relacionadas	7	136	94
Outros ativos		<u>480</u>	<u>472</u>	Terceiros		2.059	2.570
		<u>272.169</u>	<u>177.734</u>	Dividendos propostos	12 (b)	64.541	61.205
				Tributos a pagar	10	42.160	19.988
				Outros passivos		<u>107</u>	<u>315</u>
Não circulante						<u>109.003</u>	<u>84.172</u>
Depósitos judiciais	11	60.669	57.039				
Tributos diferidos	9 (a)	<u>-</u>	<u>763</u>	Não circulante			
		<u>60.669</u>	<u>57.802</u>	Provisão para contingências	11	5.220	3.731
				Tributos diferidos	9 (a)	<u>383</u>	<u>-</u>
Imobilizado	8	<u>162.221</u>	<u>170.280</u>			<u>5.603</u>	<u>3.731</u>
		<u>222.890</u>	<u>228.082</u>	Patrimônio líquido	12		
				Capital social		256.200	133.790
				Reserva de lucros		<u>124.253</u>	<u>184.123</u>
						<u>380.453</u>	<u>317.913</u>
Total do ativo		<u>495.059</u>	<u>405.816</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>495.059</u>	<u>405.816</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo - Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita líquida de arrendamento	13	215.816	125.905
Custo do arrendamento	14	<u>(21.432)</u>	<u>(22.353)</u>
Lucro bruto		<u>194.384</u>	<u>103.552</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(3.746)	(6.053)
Outras receitas (despesas) operacionais	15	<u>(754)</u>	<u>58.515</u>
		<u>(4.500)</u>	<u>52.462</u>
Lucro operacional		<u>189.884</u>	<u>156.014</u>
Resultado financeiro	16		
Despesas financeiras		(1.057)	(857)
Receitas financeiras		<u>14.872</u>	<u>11.396</u>
		<u>13.815</u>	<u>10.539</u>
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social		<u>203.699</u>	<u>166.553</u>
Imposto de renda e contribuição social	9		
Corrente		(66.677)	(35.457)
Diferido		<u>(1.146)</u>	<u>(8.686)</u>
		<u>(67.823)</u>	<u>(44.143)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>135.876</u>	<u>122.410</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social – básico e diluído - em reais		<u>95,79</u>	<u>86,30</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo - Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro Líquido do exercício	135.876	122.410
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>135.876</u>	<u>122.410</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo - Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva de dividendo adicional proposto		
Em 1º de janeiro de 2014	133.790	26.759	108.509	6.176	-	275.234
Destinação de reservas (AGO 15 de abril de 2014)	-	-	(12.350)	(6.176)	-	(18.526)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	122.410	122.410
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(61.205)	(61.205)
Reserva para investimentos	-	-	61.205	-	(61.205)	-
Em 31 de dezembro de 2014	133.790	26.759	157.364	-	-	317.913
Pagamento de dividendos com reserva para investimentos (AGE 16 de janeiro de 2015)	-	-	(70.000)	-	-	(70.000)
Aumento de capital social (AGO 30 de abril de 2015)	122.410	-	(61.205)	-	-	61.205
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	135.876	135.876
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	-	6.794	-	-	(6.794)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(64.541)	(64.541)
Reserva para investimentos	-	-	64.541	-	(64.541)	-
Em 31 de dezembro de 2015	256.200	33.553	90.700	-	-	380.453

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo - Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	203.699	166.553
Ajustes		
Depreciação e amortização	23.347	24.325
Baixa de bens do ativo imobilizado	119	75
Provisão para contingências	1.003	(56.076)
Reversão de outras provisões	-	(2.006)
Provisão para perda com ICMS	-	(463)
Variações monetárias e cambiais	<u>(3.359)</u>	<u>(3.519)</u>
	<u>224.809</u>	<u>128.889</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(1.872)	322
Tributos a recuperar	(32)	765
Depósitos judiciais	181	21.432
Outros ativos	59	(55)
Fornecedores	(470)	1.762
Tributos a pagar	(527)	(958)
Outros passivos	<u>(208)</u>	<u>254</u>
Caixa proveniente das operações	221.940	152.411
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(43.978)</u>	<u>(21.011)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>177.962</u>	<u>131.400</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	<u>(15.407)</u>	<u>(21.791)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(15.407)</u>	<u>(21.791)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	<u>(70.000)</u>	<u>(24.702)</u>
Caixa líquido usado nas das atividades de financiamento	<u>(70.000)</u>	<u>(24.702)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa no exercício	92.555	84.907
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>175.742</u>	<u>90.835</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>268.297</u></u>	<u><u>175.742</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Ítalo - Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de Reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas		
Receita bruta de arrendamento	237.813	138.738
Outras receitas (despesas)	<u>(2.125)</u>	<u>56.837</u>
Valor adicionado bruto	<u>235.688</u>	<u>195.575</u>
Depreciação e amortização	<u>(23.347)</u>	<u>(24.329)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade	<u>212.341</u>	<u>171.246</u>
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>14.872</u>	<u>11.396</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>227.213</u>	<u>182.642</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Plano de aposentadoria e pensão	<u>459</u>	<u>421</u>
	<u>459</u>	<u>421</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais - corrente	88.675	50.268
Federais - diferido	<u>1.146</u>	<u>8.686</u>
	<u>89.821</u>	<u>58.954</u>
Financiadores		
Juros, variações monetárias e cambiais	<u>1.057</u>	<u>857</u>
Acionistas		
Dividendos	64.541	61.205
Lucros retidos	<u>71.335</u>	<u>61.205</u>
	<u>135.876</u>	<u>122.410</u>
Valor adicionado distribuído	<u>227.213</u>	<u>182.642</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário

1 Contexto operacional

A Sociedade Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO (a "Sociedade") é uma sociedade anônima de direito privado, tem sede e planta industrial em Vitória - ES, constituída em 1973 mediante a associação da Vale S.A. ("Vale") e da ILVA Commerciale S.r.l. ("ILVA") que em conjunto controlam a Sociedade. Suas atividades compreendem a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro, cujas vendas são destinadas aos acionistas.

Em 21 de outubro de 2008 a Sociedade celebrou com seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional da sua usina de pelotização, vigorando a partir da data da sua assinatura. Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber", "Depósitos judiciais", "Fornecedores" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e depósitos judiciais são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 Impairment de ativos financeiros

(a) *Ativos mensurados ao custo amortizado*

A Sociedade avalia no final de cada período das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Sociedade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia evidência objetiva de *impairment* nos ativos financeiros da Sociedade.

2.5 Contas a receber e partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber da Vale relacionados à receita de arrendamento no curso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Tempo estimado de vida útil
Edificações	33 anos
Instalações e sistemas operacionais	10 a 50 anos
Equipamentos autônomos	5 a 30 anos
Outros	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.7 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Em 2015 e 2014, a administração não identificou qualquer evento ou circunstância que indicasse que o valor contábil não será recuperável.

2.8 **Contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas**

As contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9 **Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 Reconhecimento da receita

(a) Receita de arrendamentos

Arrendamentos mercantis para os quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento da usina à Vale, sendo apropriada mensalmente ao resultado e na medida em que:

- Os custos relacionados a esse arrendamento possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurada com segurança; e
- Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade.

A Receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, e é realizadas exclusivamente aos sócios na proporção acionária.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, da Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.13 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Sociedade ao final do exercício, com base no estatuto social da Sociedade.

2.14 Benefícios a empregados - Obrigações de aposentadoria

A Sociedade possui somente planos de contribuição definida. Para esses planos, a Sociedade paga contribuições a plano de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Sociedade não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

2.15 Pronunciamentos contábeis

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

- **IFRS 9 Financial instruments** - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia não espera impactos significativos na adoção deste pronunciamento.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers** - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

IFRS 16 Leases - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade está sujeita ao pagamento de imposto de renda de acordo com a legislação brasileira. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Vida útil dos ativos

A Sociedade reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

(c) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A constituição de provisão para contingências é determinada com base nos prognósticos de perda dos consultores jurídicos da Sociedade, os quais são avaliados e definidos pela administração.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. A Sociedade trabalha com instituições financeiras de acordo com avaliação por empresa de "rating" e somente opera com instituições "AAA".

Quanto o contas a receber o risco de crédito é restrito a Vale.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Sociedade, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A Sociedade não contratou instrumentos financeiros derivativos nos períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

4.2 **Gestão de capital**

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 **Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares.

5 **Instrumentos financeiros por categoria**

	Empréstimos e recebíveis	
	2015	2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	268.297	175.742
Contas a receber – parte relacionada	3.392	1.520
Depósitos judiciais	60.669	57.039
	332.358	234.301
	Outros passivos financeiros	
	2015	2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.302	2.979

6 **Caixa e equivalentes de caixa**

	2015	2014
Caixa e bancos	821	18.656
Aplicações financeiras	267.476	157.086
	268.297	175.742

As aplicações financeiras estão representadas basicamente por quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2015 de 22,24% (10,86% em 2014). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

7 Transações com parte relacionada

(a) Transações e saldos

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Receita</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Vale	<u>3.392</u>	<u>1.520</u>	<u>136</u>	<u>94</u>	<u>215.816</u>	<u>125.905</u>

Todas operações com partes relacionadas estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, considerando que em 21 de outubro de 2008 toda a planta da Sociedade foi arrendada ao acionista Vale, não há despesa com honorários ao pessoal-chave da administração.

8 Imobilizado

	Instalações e sistemas operacionais	Equipamentos autônomos	Outros	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	126.926	16.769	6	143.701	29.188	172.889
Aquisição	-	-	-	-	21.791	21.791
Transferência	6.427	1.242	336	8.005	(8.005)	-
Baixa	-	-	-	-	(75)	(75)
Depreciação	(22.337)	(1.986)	(2)	(24.325)	-	(24.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>111.016</u>	<u>16.025</u>	<u>340</u>	<u>127.381</u>	<u>42.899</u>	<u>170.280</u>
Custo total	471.527	21.673	598	493.798	42.899	536.697
Depreciação acumulada	(360.511)	(5.648)	(258)	(366.417)	-	(366.417)
Saldo contábil, líquido	<u>111.016</u>	<u>16.025</u>	<u>340</u>	<u>127.381</u>	<u>42.899</u>	<u>170.280</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	111.016	16.025	340	127.383	42.899	170.280
Aquisição	-	-	-	-	15.407	15.407
Transferência	14.655	58	-	14.713	(14.713)	-
Baixa	(119)	-	-	(119)	-	(119)
Depreciação	(21.291)	(2.050)	(6)	(23.347)	-	(23.347)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>104.261</u>	<u>14.033</u>	<u>334</u>	<u>118.628</u>	<u>43.593</u>	<u>162.221</u>
Custo total	486.063	21.731	598	508.392	43.593	551.985
Depreciação acumulada	(381.802)	(7.698)	(264)	(389.764)	-	(389.764)
Saldo contábil, líquido	<u>104.261</u>	<u>14.033</u>	<u>334</u>	<u>118.628</u>	<u>43.593</u>	<u>162.221</u>

No ano de 2015, o montante de R\$ 23.347 (2014 - R\$ 24.325), de depreciação, foi classificado como custo de arrendamento.

9 Imposto renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores constantes no ativo não circulante, na linha de "Tributos diferidos" são correspondentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de diferença temporárias sobre provisões de contingências, e outros.

	<u>Base</u>		<u>Alíquota</u>	<u>IR e CS diferidos</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferenças temporárias s/ provisões	7.875	6.386	34%	2.678	2.172
Diferenças temporárias s/ atualização de depósitos judiciais	(9.002)	(4.144)	34%	(3.061)	(1.409)
	<u>(1.127)</u>	<u>2.242</u>		<u>(383)</u>	<u>763</u>

(b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetam os resultados dos exercícios, reconciliados com a alíquota nominal, são demonstrados como segue:

	2015	2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro	203.699	166.553
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(69.258)	(56.628)
Constituição (realização) de IR/CSLL diferidos		12.077
Reversão de provisão para perda de ICMS	154	165
Reversão de outras provisões		(367)
Outras	1.281	610
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(67.823)	(44.143)
Corrente	(66.677)	(35.457)
Diferido	(1.146)	(8.686)
	(67.823)	(44.143)

10 Tributos a pagar

	2015	2014
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		
Devida no ano	18.228	9.547
Antecipada no ano	(7.378)	(4.533)
Saldo a pagar de CSLL em dezembro	10.850	5.014
Imposto de renda - IRPJ		
Devida no ano	48.449	25.910
Antecipada no ano	(19.324)	(10.987)
Saldo a pagar de IRPJ em dezembro	29.125	14.923
Outros tributos a pagar	2.185	51
	42.160	19.988

11 Contingências e compromissos assumidos

Nas datas das demonstrações contábeis, a Sociedade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2015		2014	
	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências
Dedutibilidade da depreciação referente ao IPC de jan/89	30.164	-	28.075	-
Diferencial de alíquota de incentivo à exportação	-	-	85	-
Dedutibilidade de depreciação de correção complementar	-	-	95	-
ICMS sobre demanda de energia elétrica	21.720	-	19.485	-
Encargos emergenciais de energia elétrica	4.285	4.461	3.955	3.008
PIS e COFINS sobre aplicações financeiras	3.211	-	2.935	-
PIS e COFINS s/ vendas para Vale	476	-	436	-
Outros	813	759	1.973	723
	60.669	5.220	57.039	3.731

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e seus valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Em determinados processos judiciais, ao invés de efetuar o depósito judicial, a Sociedade apresentou fianças bancárias que totalizam R\$ 2.604 (2014 - R\$12.541).

(a) Contingências com perdas possíveis

Adicionalmente, a Sociedade possui em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 312.321 (2014 - R\$ 174.273), referentes a processos das naturezas acima citadas, que, conforme estimativas da administração, com base na posição de seus consultores foram classificadas com expectativa de perda possível, não requerendo a constituição de provisão para contingências.

As principais causas possíveis em 31 de dezembro de 2015 estão descritas abaixo:

- (i) No período de 2006 a 2008, a Sociedade foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a cobrança de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 178.602 (2014 – R\$154.967).
- (ii) Em 2002 a Sociedade iniciou uma discussão judicial acerca da incidência do ICMS sobre a demanda de energia elétrica contratada e não consumida, e obteve autorização para realizar depósitos judiciais dos valores em discussão, realizados entre 2002 e 2005. Nos anos subsequentes, o Estado do Espírito Santo emitiu autos de infração para preservar o direito ao crédito tributário. Em 29 de fevereiro de 2016 (evento subsequente) foi protocolada, junto a Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, proposta de acordo para encerramento das disputas mencionadas. A proposta de acordo consiste em:
 - Renúncia por parte da Sociedade de valores devidos de ICMS sobre demanda de energia elétrica contratada e não consumida em aproximadamente R\$21.300, cujos valores encontram-se depositados judicialmente;
 - Renúncia por parte do Estado do Espírito Santo de valores relativos a juros e multa aplicados

em aproximadamente R\$59.800; e

- Renúncia por parte do Estado do Espírito Santo de valores relativos a ICMS sobre demanda de energia elétrica contratada e não consumida pela sociedade, em aproximadamente R\$85.

A proposta de acordo encontra-se em processo de análise por parte da Procuradoria Geral do Estado do Espírito.

- (iii) A Sociedade atuava na produção e venda de pelotas de minério de ferro aglomerados (pelotas) e não aglomerados (finos). De acordo com entendimento da Administração e seus assessores jurídicos, o minério de ferro não aglomerados (finos) era comercializado no mercado interno e já sofria a devida tributação, enquanto que o minério de ferro aglomerado (pelotas) era comercializado no mercado externo e, por isso, fica afastada a incidência de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de vendas de pelotas com o fim de exportação.

<u>Naturezas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Trabalhistas e previdenciária	1.676	1.713
Tributárias	<u>310.645</u>	<u>172.560</u>
	<u>312.321</u>	<u>174.273</u>

(b) Movimentação de depósitos judiciais

	<u>2014</u>	<u>Adições (baixas)</u>	<u>Atualização monetária e juros</u>	<u>2015</u>
Dedutibilidade da depreciação referente ao IPC de janeiro de 1989	28.075	-	2.089	30.164
ICMS sobre demanda de energia elétrica	19.485	-	2.235	21.720
Diferencial de alíquota de incentivo à exportação	85	(85)	-	-
Dedutibilidade de depreciação da CM complementar	95	(95)	-	-
Encargos emergenciais de energia elétrica	3.955	-	330	4.285
PIS e COFINS sobre aplicações financeiras	2.935	-	276	3.211
PIS e COFINS s/vendas para Vale	436	-	40	476
Outros	<u>1.973</u>	<u>-</u>	<u>(1.160)</u>	<u>813</u>
	<u>57.039</u>	<u>(180)</u>	<u>3.810</u>	<u>60.669</u>

(c) Movimentação da provisão para contingências

	<u>2014</u>	<u>Adições (Baixas)</u>	<u>Atualização monetária e juros</u>	<u>2015</u>
Encargos emergenciais de energia elétrica	3.008	1.003	450	4.461
Outros	<u>723</u>	<u>-</u>	<u>36</u>	<u>759</u>
	<u>3.731</u>	<u>1.003</u>	<u>486</u>	<u>5.220</u>

12 Patrimônio líquido

(a) Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

	<u>Quantidade de ações</u>
Ações ordinárias nominativas sem valor nominal	
Acionista do país	651.073.140
Acionista do exterior	<u>625.540.860</u>
	<u>1.276.614.000</u>
Ações preferenciais nominativas sem valor nominal	
Acionista do país - Classe "A"	70.923.000
Acionista do exterior:	
Classe "B"	45.390.720
Classe "C"	<u>25.532.280</u>
	<u>141.846.000</u>
	<u>1.418.460.000</u>

As ações preferenciais Classes "A" e "B", juntamente com as ações ordinárias, têm direito a voto na eleição e na destituição de determinados membros da Diretoria. As ações preferenciais Classe "C", juntamente com as ações ordinárias, têm direito a voto exclusivamente sobre todas e quaisquer modificações do Estatuto, na aprovação das demonstrações contábeis e em todas as resoluções relacionadas com a destinação dos lucros, incluindo a distribuição dos dividendos. Todas as ações preferenciais gozam de prioridade no reembolso de capital e têm direito ao dividendo que for assegurado às ações ordinárias.

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 9.075.493,20 (dólares norte-americanos) e € 19.775.423,01 (euros).

(b) Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido do exercício, calculado conforme Estatuto Social da Sociedade.

Em 15 de abril de 2014, a Assembleia dos acionistas aprovou o pagamento de R\$ 24.702 a título de dividendos aos acionistas, relativo ao lucro do exercício o de 2013.

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia dos acionistas deliberou pela retenção da totalidade do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, equivalente a R\$ 122.410, para aumento do capital social.

A administração da Sociedade propôs a destinação de R\$64.541 do montante do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 para distribuição de dividendos.

(c) Reservas de lucros

A reserva para investimentos refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Sociedade, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 16 de janeiro de 2015, a Assembleia dos acionistas aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 70.000 provenientes da conta Reserva para investimentos.

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 2015 e 2014 foi destinado parte do lucro à constituição da reserva legal em R\$ 6.794 (em 2014 não houve destinação, pois, a mesma encontrava-se no limite de 20% do capital social).

(d) Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado:

	2015	2014
Origens		
Lucro líquido do exercício	135.876	122.410
Total das origens	135.876	122.410
Destinações		
Reserva legal	6.794	-
Dividendos propostos	64.541	61.205
Reserva para investimentos	64.541	61.205
Total das destinações	135.876	122.410

13 Arrendamento operacional

A usina da Itabrasco foi arrendada pela Vale, sob um contrato de arrendamento operacional, com prazo de vigência de 1º de outubro de 2008 a 31 de dezembro de 2018, pelo qual deverá pagar os seguintes valores: (i) parcela fixa anual de R\$ 30.648 em 2015 (2014 - R\$ 27.714) e (ii) uma parcela variável resultante da performance da Planta de Pelotização. Os valores totais envolvidos nos exercícios de 2015 e 2014 foram como segue:

	2015	2014
Parcela fixa	30.648	27.714
Parcela variável	207.165	111.024
	237.813	138.738

Em 23 de fevereiro de 2011, foi assinado o 3º aditivo ao contrato de arrendamento que modificou a partir de 2012 o cálculo da parcela fixa do arrendamento, que passou a ser calculado com base média da depreciação registrada nos três anos anteriores adicionado de 12% de encargos de PIS e COFINS.

Receita

A reconciliação da receita do arrendamento para a receita líquida é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita com arrendamento	237.813	138.738
Impostos sobre arrendamento	<u>(21.997)</u>	<u>(12.833)</u>
Receita líquida	<u>215.816</u>	<u>125.905</u>

14 Custo do arrendamento

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depreciação	(23.347)	(24.325)
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	<u>1.915</u>	<u>1.972</u>
	<u>(21.432)</u>	<u>(22.353)</u>

15 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reversão da provisão para contingências	(1.003)	56.076
Reversão de outras provisões	-	2.006
Reversão de provisão para perda de ICMS	-	463
Outras receitas (despesas)	<u>249</u>	<u>(30)</u>
	<u>(754)</u>	<u>58.515</u>

16 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	2015	2014
Receitas financeiras		
Variações monetárias e cambiais ativas	3.846	4.158
Rendimento de aplicação financeira	11.026	7.238
	14.872	11.396
Despesas financeiras		
Variações monetárias e cambiais passivas	(487)	(639)
Juros e multas	(147)	(34)
IOF	(4)	(2)
Outros	(419)	(182)
	(1.057)	(857)
Receitas financeiras, líquidas	13.815	10.539

17 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade possuía uma apólice de seguro contratada com terceiros, para cobertura de todos os riscos de danos materiais, inclusive quebra de máquinas e interrupção de produção e consequente perda de receita, sendo que o montante da cobertura corresponde a R\$ 2.919.807 (R\$ 2.109.548 em 2014).

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores.

18 Plano de suplementação de aposentadoria

Fundo de pensão - Valia

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale, de suas coligadas e de outras que venham a participar dos planos por ela administrados.

A Sociedade, junto à Vale e suas sociedades coligadas, é patrocinadora da Valia no plano de Contribuição Definida.

As contribuições das patrocinadoras ao plano Valia apresentam-se como segue:

- Contribuição ordinária - destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda. É idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação.

- Contribuição extraordinária - pode ser realizada em qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário por ocasião da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Sociedade efetuou contribuições ao plano Valia nos montantes de R\$ 459 e R\$ 421.

* * *

José Lucio Pádua Soares Júnior
Diretor Superintendente

Leonardo Gava
Diretor

Fabio dos Santos Neves
Contador
CRC RJ 094292/O-6 "S" ES

Bruno Mendes de Moraes
Gerente de Contabilidade Subsidiárias do Brasil